

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Discurso unifica

A medida da importância que a assessoria do presidente Sarney vem adquirindo, gradativamente, pode ser dada pelos preparativos do pronunciamento à Nação marcado para o próximo dia 22. Esse discurso, que durará cerca de trinta minutos, terá sem dúvida os contornos de um verdadeiro programa de governo. Para ele, os ministros mandarão subsídios. Mas quem participará de sua confecção, ao lado do presidente, será a assessoria que Sarney instalou bem próxima do gabinete que ocupa no Planalto.

Do discurso já se sabe que constituirá a primeira indicação explícita do que pretende o governo Sarney. E sabe-se também que será algo de menos próximo ao último pronunciamento do falecido presidente Tancredo. Dele não constará, por exemplo, a que se tornou a mais enfática das determinações de Tancredo, o famoso **é proibido gastar**. Pelo contrário, Sarney mostrará em que se deve gastar, em que se pode gastar e em que não se admitirá gastar.

Tem-se como absolutamente certo que o presidente reafirmará dois compromissos básicos na área econômica e social. Em primeiro lugar, Sarney assegurará que o governo brasileiro não aceita um crescimento inferior ao previsto. Não deverá mencionar números, mas a taxa de 5 por cento já é vista como essa meta mínima. Em segundo lugar, que essa taxa de crescimento não poderá, tal como acontecia nos governos anteriores, deixar de refletir-se na qualidade de vida da população.

O presidente, contava ontem um de seus assessores, tem ouvido com frequência atribuir-se a impopularidade dos governos militares, em especial o mais recente, à imagem até hoje vigente de que o crescimento econômico ocorrido na época - como o tão falado **milagre brasileiro**, lembram-se? - não se refletiu diretamente no padrão de vida da população. O ministro Delfim Netto pode alegar que há hoje mais televisores coloridos no País e que o BNH financiou milhões de unidades residenciais, exibindo para isso números absolutamente preciosos, mas a verdade é que a população não pensa assim.

Em um relatório recentemente encaminhado ao presidente, de que o mesmo assessor tem uma cópia, vincula-se esse fato à ausência de reais investimentos na área social, no homem. E o relatório, aliás, expressa a ideia também em linguagem econômica, falando em **investimentos na qualidade de um fator de produção, a mão-de-obra**. É a tese de que o País conta hoje com obras monumentais, como usinas, metrô, barragens e estradas, mas não facilitou o acesso aos bens e serviços por elas produzidos, assim como não garantiu melhoria de vida global à população.

Há o metrô, mas há operários que levam 4 horas ao dia para se deslocarem de casa ao trabalho e voltar. Há Itaipu, mas o preço da energia está caro. Enquanto isso, a educação está sem recursos, as filas da Previdência crescem cada vez mais, o saneamento básico deixa muito a desejar, a febre amarela está de volta. E o que gera as queixas: a população preferiria que se aplicassem os recursos públicos em algo mais palpável para ela ou, de preferência, que se garantissem salários maiores ou carga fiscal menor.

Idéias como essas não são necessariamente de todo o governo. Nem, aliás, de toda a assessoria do presidente. Mas elas estão sendo colocadas na mesa, por alguns dos ministros e por muitos dos políticos que o presidente recebe com frequência. Seguramente haverá referências a elas no pronunciamento à Nação.

Esse discurso não deverá ser preciso a ponto de repudiar frontalmente a orientação proposta por qualquer dos ministros. Não haverá motivos, nele, para que se apresentem pedidos de demissão, como esclarecia ontem outro assessor presidencial. No entanto, o pronunciamento contará baliza explícitas para a ação governamental. A partir daí, espera o presidente - que começa a prepará-lo na próxima semana - não haverá mais pretexto para que a linguagem do governo não seja única.

EDUARDO BRITO